



ALMT
Assembleia Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA
NÚCLEO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e
Regularização Fundiária
20ª LEGISLATURA – 01/02/2023 A 31/01/2027

SPMD/NADE

FLS. 140

RUB. lu

CHECKLIST

RESOLUÇÃO Nº 003/2007 - "Altera a Alínea A, do Inciso IV, da Norma de Serviço nº 002 de 30 de Setembro de 2002".

REQUERENTES:	LUIZ GUSTAVO TREVISAN PROCESSO: INTERMAT-PRO-2022/15897 FAZENDA SÃO PEDRO V		
MUNICÍPIO:	Área total para Regularização: 23,9750 hectares (vinte e três hectares, noventa e sete ares e cinquenta centiares), localizada no Município de Santa Rita do Trivelato - MT.		
PROTOCOLO: 5015/2025	PROCESSO: 1522/2025	DATA: 14/05/2025	O.S.: 384/2025
I - DA HABILITAÇÃO			Folha(s)
1 - RG e CPF do Interessado;			06
2 - Matrícula Adquirida pelo Estado de Mato Grosso;			102 a 105
3 - Autos de Medição Georreferenciado, nos formatos analógico e digital, ambos em 02 (duas) vias, de acordo com as Normas Técnicas, determinadas por Legislação vigente, com o formato da planta do imóvel seguindo o padrão definido pelo INTERMAT;			81 a 86
4 - Declaração de Reconhecimento de Limites, conforme modelo constante das Normas Técnicas, determinadas por Legislação vigente, com firma reconhecida;			47 e 48
5 - Parecer Jurídico do INTERMAT;			110 a 114
6 - Homologação do Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Estado de MT – PGE;			137
II - PARECER ASSESSORIA TÉCNICA – CONSULTORIA LEGISLATIVA			
Considerações e informações necessárias:			
☒ FAVORÁVEL À APROVAÇÃO. ☐ PELA REJEIÇÃO. ☐ DEVOLUÇÃO AO INTERMAT.			
RECEBIDO POR:	DISTRIBUIDO POR:	ASSESSOR (A) TÉCNICO (A) CONSULTORIA LEGISLATIVA:	
 ANDERSON NASCIMENTO DE JESUS Assessor Técnico Legislativo	 WELYDA CRISTINA DE CARVALHO Consultora de Comissão Permanente	 CEZAR GERALDINI Técnico do NADE 21/05/25	



PARECER Nº 0200/2025 - CADFARF - O.S.: 0384/2025

REFERENTE: REGULARIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO FUNDIÁRIA ONEROSA

REQUERENTE: LUIZ GUSTAVO TREVISAN

MUNICÍPIO: SANTA RITA DO TRIVELATO

PROCESSO INTERMAT: INTERMAT-PRO-2022/15897

OFÍCIO Nº: 01909/2025/UAS/INTERMAT

PROTOCOLO ALMT: 5015/2025

PROCESSO ALMT: 1522/2025 - DATA: 14/05/2025

AUTOR: INTERMAT

Relator: Deputado Estadual Nininho

I - Relatório

Após tramitação no INTERMAT, o presente Processo de Regularização Fundiária foi encaminhado a esta Casa, recebido e registrado pela Secretaria de Serviços Legislativos no dia 14/05/2025 e lido na Sessão do mesmo dia.

Trata-se de **Processo do INTERMAT-PRO-2022/15897**, de Regularização Fundiária, em nome de **LUIZ GUSTAVO TREVISAN**, da propriedade denominada **FAZENDA SÃO PEDRO V**, localizada no Município de SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, com área de **23,9750** hectares.

Em 15/05/2025, foi encaminhado à Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária, porém, recebido pelo Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico, no mesmo dia, o qual remeteu à referida Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de



Regularização Fundiária, com o intuito de emissão de Parecer quanto ao mérito da matéria e posterior emissão de Resolução Autorizativa, conforme previsão dos arts. 323, § 2º e 327, ambos da Constituição Estadual de Mato Grosso.

Em apertada síntese este é o relatório.

II - Análise

A criação e competência das Comissões estão determinadas conforme disposto no artigo 36 da Constituição do Estado de Mato Grosso e uma das atribuições da Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária, é “dar parecer em todas as proposições que tratem da agropecuária, do desenvolvimento florestal e agrário e dos assuntos fundiários”, conforme consta no artigo 369, inciso V, alíneas “a” e “d”, do Regimento Interno, desta Casa de Leis.

Observa-se que o imóvel está cumprindo sua função social, como determina o artigo 186, da C.F. e art. 9º da Lei nº 8.629/93:

Art. 9º A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo grau e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

§ 1º Considera-se racional e adequado o aproveitamento que atinja os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração especificados nos §§ 1º a 7º do art. 6º desta lei.

§ 2º Considera-se adequada à utilização dos recursos naturais disponíveis quando a exploração se faz respeitando a vocação



natural da terra, de modo a manter o potencial produtivo da propriedade.

§ 3º Considera-se preservação do meio ambiente a manutenção das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais, na medida adequada à manutenção do equilíbrio ecológico da propriedade e da saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas.

§ 4º A observância das disposições que regulam as relações de trabalho implica tanto o respeito às leis trabalhistas e aos contratos coletivos de trabalho, como às disposições que disciplinam os contratos de arrendamento e parceria rurais.

§ 5º A exploração que favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores rurais é a que objetiva o atendimento das necessidades básicas dos que trabalham a terra, observa as normas de segurança do trabalho e não provoca conflitos e tensões sociais no imóvel.

O Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso – INTERMAT encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso o Ofício sob nº 01909/2025/UAS/INTERMAT, referente à Regularização Fundiária, em favor de **LUIZ GUSTAVO TREVISAN**, da propriedade denominada **FAZENDA SÃO PEDRO V**, localizada no Município de SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, para fins de cumprimento do disposto no artigo 327 da Constituição do Estado de Mato Grosso, onde o referido disposto constitucional assim dispõe:

"Art. 327 - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação da Assembleia Legislativa, salvo se as alienações ou as concessões forem para fins de reforma agrária".

Em observância à Resolução nº 003/2007, que altera a alínea A, do inciso IV, da Norma de Serviço nº 002 de 30 de setembro de 2002, a Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária, averiguou os autos processuais, identificando as peças indispensáveis ao processo de regularização de ocupação fundiária, ratificando a documentação aposta ao parecer jurídico do INTERMAT e aos autos, conforme se depreende das folhas 110/114.



A Assessoria Jurídica do INTERMAT através do Parecer nº 04334/2024/PEI/INTERMAT (fls. 110 a 114), após análise da Regularização Fundiária, em nome de **LUIZ GUSTAVO TREVISAN**, da propriedade denominada **FAZENDA SÃO PEDRO V**, com área de 23,9750 hectares, localizada no Município de SANTA RITA DO TRIVELATO-MT, estando em conformidade com as normas procedimentais e legislação vigente, atendendo as exigências preconizadas na Carta Magna, Código de Terras do Estado de Mato Grosso e Decreto Regulamentador, motivo pelo qual opinou pelo Deferimento do processo.

Na folha 137 consta a homologação do Procurador do Estado de Mato Grosso Dr. Laerte Jaciel Scalco Acendino, do Parecer Jurídico nº 04334/2024/PEI/INTERMAT (fls. 110 a 114).

Todas as informações e declarações constantes no presente Processo de Regularização Fundiária são de exclusiva responsabilidade dos Técnicos e Gestores do INTERMAT, do Requerente e do Profissional Credenciado que efetuou a medição Georreferenciada.

É o parecer.



III – Voto do Relator

Referente ao Processo de Regularização de Ocupação Fundiária do **Processo INTERMAT-PRO-2022/15897**, em nome de **LUIZ GUSTAVO TREVISAN**, da área de 23,9750 hectares, da propriedade denominada **FAZENDA SÃO PEDRO V**, localizada no município de SANTA RITA DO TRIVELATO - MT.

A Assessoria Jurídica do INTERMAT através do Parecer nº 04334/2024/PEI/INTERMAT (fls. 110 a 114), após análise da Regularização Fundiária, em nome de LUIZ GUSTAVO TREVISAN, da propriedade denominada FAZENDA SÃO PEDRO V, com área de 23,9750 hectares, localizada no Município de SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, estando em conformidade com as normas procedimentais e legislação vigente, atendendo as exigências preconizadas na Carta Magna, Código de Terras do Estado de Mato Grosso e Decreto Regulamentador, motivo pelo qual opinou pelo Deferimento do processo.

Pelas razões expostas, quanto ao mérito, o VOTO é pela **APROVAÇÃO** do **Processo INTERMAT-PRO-2022/15897**, de autoria do INTERMAT (Protocolo ALMT sob nº 5015/2025), em nome de **LUIZ GUSTAVO TREVISAN**.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 2025.



ALMT
Assembleia Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA
NÚCLEO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário
e Regularização Fundiária -CADFARF
20ª LEGISLATURA – 01/02/2023 A 31/01/2027

SPMD/NADE

FLS. 146

RUB. Lu

V – Ficha de Votação

Processo: INTERMAT-PRO-2022/15897	Parecer nº 0200/2025	O.S.: 0384/2025
Reunião da Comissão em: 23 / 05 / 2025		
Presidente: Deputado Estadual Nininho		
Relator: Dep. Nininho		

VOTO DO RELATOR

Pelas razões expostas, quanto ao mérito, o VOTO é pela **APROVAÇÃO** do Processo **INTERMAT-PRO-2022/15897**, de autoria do INTERMAT (Protocolo ALMT sob nº 5015/2025), em nome de **LUIZ GUSTAVO TREVISAN**, onde a Assessoria Jurídica do INTERMAT através do Parecer nº 04334/2024/PEI/INTERMAT (fls. 110 a 114), após análise da Regularização Fundiária da propriedade denominada **FAZENDA SÃO PEDRO V**, com área de **23,9750** hectares, localizada no Município de SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, estando em conformidade com as normas procedimentais e legislação vigente, atendendo as exigências preconizadas na Carta Magna, Código de Terras do Estado de Mato Grosso e Decreto Regulamentador, motivo pelo qual opinou pelo Deferimento do processo.

Posição na Comissão	Identificação do (a) Deputado (o)
Relator	
Membros Titulares	
DEPUTADO NININHO Presidente	
DEPUTADO GILBERTO CATTANI Vice-Presidente	
DEPUTADO JÚLIO CAMPOS	
DEPUTADA JANAÍNA RIVA	
DEPUTADO FABIO TARDIN – FABINHO	
Membros Suplentes	
DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO	
DEPUTADO CARLOS AVALONE	
DEPUTADO VALDIR BARRANCO	
DEPUTADO THIAGO SILVA	
DEPUTADO VALMIR MORETTO	



Autor: Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária.

Autoriza a regularização de ocupação fundiária de área de terra no Município de Santa Rita do Trivelato.

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com base no que dispõe os artigos 323, § 2º, e 327, da Constituição Estadual, combinados com o art. 369, V, "a" e "d", do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a regularização de ocupação fundiária da área de Terra, Localizada No Município de Santa Rita do Trivelato, Denominada "Fazenda São Pedro V", com área total para Regularização de 23,9750 hectares (vinte e três hectares, noventa e sete ares e cinquenta centiares), da matrícula nº 27.321, conforme processo específico do Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), sob nº INTERMAT-PRO-2022/15897 de Pier Luiz Gustavo Trevisan.

Parágrafo único. Os imóveis descritos acima possuem as seguintes confrontações:

- I. a norte: divisa com o Rio Beija Flor e divisa com a Fazenda São Pedro IV, posse de Luiz Viero Trevisan, no marco AQA-M-0104;
- II. a sul: divisa com o Rio Beija Flor, nos marcos AQA-M-0089 a AQA-P-0116;
- III. a leste: divisa com a Fazenda São Pedro IV, posse de Luiz Viero Trevisan, nos marcos AQA-M-0104 a AQA-M-0089;
- IV. a oeste: divisa com o Rio Beija Flor, nos marcos AQA-P-0116, AQA-P-0117, AQA-P-0118, AQA-P-0119, AQA-P-0120, AQA-P-0121, AQA-P-0122, AQA-P-0123, AQA-P-0124, AQA-P-0125 a AQA-M-0104.



ALMT
Assembleia Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA
NÚCLEO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e
Regularização Fundiária
20ª LEGISLATURA – 01/02/2023 A 31/01/2027

SPMD/NADE

FLS. 148

RUB. 21

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de
Regularização Fundiária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Sala das Comissões, em 21 / 05 / 2025.

Deputado Relator

Membros
